

XIII

CONSERVADORISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE SEUS FUNDAMENTOS E SUAS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS*

Adriana Ramos

Introdução

O objetivo das breves reflexões que se seguem é apresentar a questão do conservadorismo e suas expressões contemporâneas, sobretudo na realidade brasileira e no conjunto das políticas sociais. Esses incipientes apontamentos, fazem parte dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS), que se propõe pensar a profissão, suas conexões e organicidade com as políticas sociais. Portanto, a análise aqui esboçada se subsidia no materialismo histórico-dialético, que busca compreender os conceitos básicos sobre o conservadorismo na sua origem e como se processa seu desenvolvimento sócio-histórico. Partindo desse pressuposto, outra finalidade é reconhecer determinados elementos presentes, sobretudo na sociedade brasileira, de que o conservadorismo vem assumindo “novas expressões”, tendencialmente no conjunto das políticas sociais.

O pensamento conservador tem na figura de Edmund Burke o seu maior representante e fundador quando na escrita de *Reflexões sobre a Revolução na França*, publicado em 1790. O conservadorismo em sua veia clássica (SCORSIM NETTO, 2011) expressa inicialmente uma resposta reativa, uma reação contrária a um rompimento com o passado, numa proposta restauradora e antiburguesa. Ou seja, tem como fundamento uma referência política e ideológica antirrevolucionária. Este compêndio por Burke construído, se configura como uma sistematização de ideias

*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.341-356

sobre o que seria o conservadorismo especialmente naquele momento histórico por ele vivenciado, frente aos movimentos revolucionários ocorridos na França. Portanto, o que marcará esse pensamento conservador clássico será uma aversão severa a qualquer tipo de modificação na ordem social. Burke, frente as modificações introduzidas pela burguesia, à época, revolucionária, defenderá a manutenção das instituições políticas e as estruturas sociais existentes anteriores a este período, mais especificamente aquelas que se referem as produzidas pela aristocracia feudal.

Para o autor, “[...] esse tipo insurrecional de revolução é tomado de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas.” (SOUZA, 2016, p. 363). Nesse sentido é um extremo defensor da propriedade privada, dos privilégios da nobreza, da Igreja Católica e de seu poder político e da manutenção da família, como base moral da sociedade. Portanto, neste primeiro momento de surgimento do pensamento conservador, podemos caracterizá-lo como uma forma de resistência as mudanças progressistas, e que evoca a continuidade do passado, pois valores, tradições e princípios, na concepção conservadora, não podem ser destruídos, sobretudo de forma violenta e abrupta como para Burke assim o fazia a burguesia. Nesse sentido, “[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* [...]” (SCORSIM NETTO, 2011, p. 40-41, grifo da autora).

Então estamos diante do que poderíamos denominar de primeira forma de compreensão sobre o pensamento conservador, ou seja, é aquele pensamento que valoriza o passado, suas instituições representantes e possui aversão a qualquer tipo de ideias de transformação social, sobretudo aquelas fundadas pelo Iluminismo que fazem a ruptura com este passado feudal. No seu desenvolvimento sócio-histórico, também expressará uma negação a todos os princípios que a cultura da modernidade traz, como fundantes da sociedade capitalista burguesa: a razão, a li-

berdade, a igualdade. Desta forma, se é contrário aos ideários iluministas, por desdobramento será contra a razão, as ideias progressistas, libertárias, à racionalidade que se instaura nesse período. “Com essa operação reificada, o conservantista elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento.” (SOUZA, 2016, p. 369). Conforme Scorsim Netto, (2011, p. 45),

Numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrecência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade.

Neste escopo também reside a compreensão de que as desigualdades sociais são parte constitutiva da ordem natural das coisas, já estabelecida e sem possibilidade de mudanças, naturalizando-as no conjunto das relações sociais. A única possibilidade de mudança por Burke identificada, seria uma modificação gradual conduzida pelos proprietários, pela aristocracia, para que a essência da sociedade permaneça inalterável.

Mas, assim como a sociedade se modifica na sua processualidade histórica, esse conservadorismo também se transmuta. Notadamente a partir da revolução de 1848, a burguesia carece de fundamentações que justifiquem sua existência e manutenção no poder. É neste bojo que as Ciências Sociais emergem e são construídas como uma referência científica que explica e justifica a presença da burguesia no poder. Elas se configuram como o substrato ideológico-político e teórico da sociedade burguesa. Isto reafirma a “[...] vinculação histórico-genética entre o pensamento conservador e as ciências sociais [...]” (SCORSIM NETTO, 2011, p. 17). Neste momento, a burguesia - clara e processualmente - deixa seu cariz revolucionário, construindo, se apropriando e

consolidando seu caráter conservador, sendo então convertida como classe dominante

O aprofundamento das relações sociais na sociedade burguesa e as contradições e antagonismos que lhe são constituintes, solicitou estudos e elaborações acerca do pensamento conservador por outros autores, mas sua essência continuou a mesma no sentido de manutenção do instituído e de valores que não são compatíveis com os avanços da modernidade, dentre eles a democracia alcançada em grande parte do mundo contemporâneo. Com o desenvolvimento sócio-histórico do pensamento conservador - que não desenvolveremos aqui pela natureza do artigo, mas que apresenta autores expressivos como Durkheim, Tocqueville, Nisbet, dentre outros - pode-se dizer que na atualidade “[...] a característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e conteúdos conservadores.” (SCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

Ainda assim, podemos apontar algumas características como por exemplo, ser primordialmente contrarrevolucionário, defensor da sociabilidade burguesa, tem a razão miserável ou a irracionalidade como um de seus pilares, organicamente vinculado a valores historicamente preservados pela tradição e costumes, um caráter que aponta para soluções imediatistas e pragmáticas e a naturalização das contradições sociais. No processo de formação sócio histórica brasileira, o conservadorismo esteve sempre presente: desde as elites agrícolas, latifundiárias através da cultura escravagista, das práticas do coronelismo, de onde deriva o dito: “você sabe com quem está falando?”, do voto de cabresto, até a constituição da insípida burguesia nacional parasitária, através do nepotismo, clientelismo, assistencialismo, práticas de corrupção, “revoluções pelo alto”, desapareço pela democracia e desprezo pelas classes populares em suas lutas singulares e coletivas. Essas são algumas particularidades do processo de formação sócio-histórica do Brasil, que contém elementos determinantes, se desenvolvendo, então, como um país de capitalismo periférico dependente, demonstrando uma

subalternidade ao grande capital. Portanto, a composição da sociedade brasileira, não diferentemente das demais é organicamente vinculada ao conservadorismo e vem processualmente acompanhando suas mudanças, ainda que ele se altere no campo das aparências. Segundo Barroco (2015, p. 624-625),

Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Essa atualização do pensamento conservador não aboliu sua essência, mas o revigorou, até porque ele é funcional a lógica capitalista e a reprodução do capital, por isso apologético do livre mercado, forjando formas diferenciadas de responder as questões contemporâneas, sempre subsidiado numa perspectiva moralista, sem a compreensão da totalidade das relações sociais em suas contradições. Isso contribui para o processo de ocultamento das determinações socioeconômicas que as constituem. Ainda incorporou o braço coercitivo do Estado numa perspectiva de criminalização das expressões da questão social, nas contradições entre a ideologia da guerra contra a concepção de direitos humanos (BARROCO, 2015), trazendo no seu bojo, a militarização da vida cotidiana, com soluções punitivas, sobretudo para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. O campo dos direitos e das conquistas sociais dos trabalhadores, que envolve o conjunto das políticas sociais, é duramente atacado, pelo processo de precarização do trabalho e perda de direitos. A esse pensamento “remodelado” atualmente ainda se agregam valores racistas, individualistas, preconceituosos, sexistas, homofóbicos, marcado

por uma intolerância com o diferente, um avanço do fundamentalismo religioso, o que assume um retrocesso substantivo nas sociedades democráticas. Outro fenômeno do pensamento conservador é a valorização da reprodução do senso comum, sem uma perspectiva crítica, a incorporação do irracionalismo e a desestorização dos fenômenos sociais. Tais questões apresentam desdobramentos na realidade brasileira que certamente trazem impacto para o conjunto das políticas sociais.

O conservadorismo no contexto brasileiro

Especialmente a partir dos anos 2016, a sociedade brasileira atravessa um período de expressivas modificações no âmbito econômico, político e social. Após treze anos dos governos petistas, esse período é findo, como denomina Behring (2018, p.28), com um “[...] golpe de novo tipo [...]” que se reverbera numa ofensiva reacionária e conservadora, um recuo democrático, ou seja, segundo Paula (2020, p. 243),

[...] o estopim da atual crise brasileira deu-se com o golpe de 2016 que afastou a ex-presidente Dilma Rousseff, encerrando o ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta é direcionada na contramão dos interesses das classes trabalhadoras brasileiras, rompendo com um possível pacto de coalização entre elas.

O impeachment de Dilma Rousseff, ainda que tivesse no seu direcionamento político uma aliança com os interesses do capital, representou a derrota da “esquerda” e o renascimento das perspectivas do conservadorismo, que supostamente estavam “adormecidas” ou lateralizadas em nosso país, e que vão representar um atentado à democracia brasileira. Com o governo ilegítimo de Michel Temer, que se engendra na sociedade brasileira a partir de um conjunto de proposições que tendem ao que se denomina “nova direita”, inaugura-se uma nova conjuntura. Isso porque “[...] a tradicional agenda conservadora do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, [...] e outros) não conseguiu emplacar uma candidatura de peso no processo

eleitoral de 2018.” (PAULA, 2020, p. 244). Um dos elementos constitutivos dessa “nova direita” é a crença em teorias conspiratórias, “[...] já que, por excelência, nega ou obscurece o conflito social. A política, nesse pensamento, é apresentada como mera manipulação orquestrada por ‘forças subterrâneas’ de ‘subversivos’, ‘comunistas’ [...]” (HOEVELER, 2016, p. 80). A elevação dessa “nova direita”, revela que “[...] o avanço do pensamento conservador e reacionário na atualidade questiona valores básicos do Estado democrático de direito, buscando construir uma nova política funcional à sociabilidade do capital [...]” (YAZBEK; DEGENSZAJN; PAZ, 2019, p. 8). No campo político, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, é sua expressão maior.

O governo de Bolsonaro, aliançado com uma elite burguesa intolerante e preconceituosa, avessa aos avanços sociais, consolidados pelas políticas sociais, ainda que no seu caráter contraditório, se sustenta num extremo liberalismo econômico (FONTES, 2019), ou seja, num ultraneoliberalismo articulado às forças políticas autocráticas. No aspecto ideológico, existe um “anticomunismo primário” (FONTES, 2019), que homogeneiza o conjunto das forças sociais de esquerda, que reduz suas diversas formas e expressões a um mesmo lugar. Portanto, assiste-se na sociedade brasileira, um apelo a determinados valores e princípios muito ao gosto de tendências conservadoras que esvaziam os conteúdos políticos, em troca da construção das verdades a partir da empiria, ratificando uma irracionalidade baseada no “obscurantismo da razão”, enfatizando uma postura negacionista, anticientífica. Nesse sentido,

[...] o conservadorismo avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas e entrelaça-se com outras matrizes como o liberalismo e o pragmatismo (MOTA apud ANUNCIACÃO SOUZA, 2021, p. 5).

No âmbito econômico, retrocede em massa os direitos sociais e trabalhistas, e assiste-se, conforme Paula (2020, p. 243), “[...] ao aumento

exponencial do desemprego, do subemprego, do trabalho intermitente e do processo de “uberização” do trabalho.” Neste escopo, acentua a pauta de privatização e o desfinanciamento das políticas sociais. Isto caracteriza um aprofundamento do ajuste fiscal já em curso e uma exponenciação da contrarreforma do Estado. Tais processos se respaldam em ações que se tornam favorecedoras dos interesses dos capitais internacionais aliados ao empresariado nacional. Também representam as pautas normativas das instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas estão em sintonia com o atendimento dos interesses das organizações financeiras aliadas aos setores modernos internacionais e ao agronegócio. Portanto,

Elucidar a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. [...]. Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado (MOTA; PACHECO, 2020, p. 203).

O ascenso de Bolsonaro ao poder, marca a chegada de uma extrema direita, com as características acima mencionadas e que na realidade se vincula a uma tendência mundial, quando se analisa a totalidade de processos de governos internacionais que avançam na perspectiva da direita e da extrema direita. Na esfera política apresentam-se tendências ao autoritarismo, a pouca afeição às perspectivas democráticas e, portanto, à participação popular, ratificando o histórico horror que as classes dominantes brasileiras têm da participação das massas na política. Nas palavras de Demier (2016, p.35), vive-se uma “[...] democracia blindada [...]”, na qual o governo se intitula democrático, mas é impermeável as demandas da classe trabalhadora e governam a partir dos interesses corporati-

vos de determinados grupos políticos. Exemplo desse movimento é a existência no Congresso Nacional da bancada BBB: a bancada evangélica, a armamentista (da bala) e a dos ruralistas (do boi). Somado a isso, tem-se a presença de uma vinculação com o fundamentalismo religioso. Estes processos em sua totalidade e contradições, marcado por expressões contemporâneas de um conservadorismo, constituído por um “[...] pensamento antidemocrático, antipopular e antiprogressista [...]” (SCORSIM NETTO, 2011, p. 15), caracterizam uma “nova onda conservadora” que trará impactos para as políticas sociais, que “[...] são definidas a partir da direção societária que o governo deseja imprimir em seu mandato, permeadas pelas relações políticas, econômicas e sociais que interferem no poder decisório” (KELLER, 2019, p. 172-173).

Consideramos que a presença de novas formas do pensamento conservador na sociedade brasileira se desdobrou no conjunto das políticas sociais em “[...] elementos de precarização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, privatização de setores públicos[...] [e um] processo de refilantropização da política pública.” (KELLER, 2019, p. 173). Esses impactos se expressam, dentre tantos outros, em alguns elementos que consideramos abaixo, a saber: a moralização da questão social, a naturalização da barbárie, a defesa exacerbada da família e as incidências neopentecostais.

A moralização da questão social se pauta numa concepção valorativa que identifica as mazelas sociais, produzidas nas relações contraditórias do capitalismo, como de foro individual, ou seja, o indivíduo é o responsável por estar vivendo em condições de pobreza, desempregado e sem acesso digno à moradia, dentre outros direitos. Por isso entra em voga o discurso “das capacidades”, onde considera-se que o indivíduo e a família devem ser capacitados para viver na sociedade já que, por uma questão singular, não conseguem se autogerir na sociedade. Em nenhum momento se questiona o próprio sistema capitalista que produz essa questão social em suas mais diversas formas. Esse conservadorismo conservantista, que apresenta um conteúdo reacionário

articulado a ideias neofascistas apresenta como particularidade o ódio declarado aos pobres, pretos, moradores de comunidades periféricas, aos gays e as mulheres. Conservadorismo esse que pode ser denominado de neoconservadorismo que apresenta como eixos norteadores, a defesa do mercado, da propriedade privada e a santificação da família, além de possuir uma capilaridade digital expressiva. (MOTA; RODRIGUES, 2020). Isto reforça o conteúdo de barbárie social que estamos vivenciando onde reina o ultraconservadorismo e o reacionarismo como expressão do conservadorismo contemporâneo, a fetichização do judiciário e a militarização do poder. Essa apreensão das desigualdades sociais por um prisma individual fragiliza a luta coletiva da classe trabalhadora, nos seus estratos mais pauperizados, pois são esses que experienciam no cotidiano, as condições indignas de sobrevivência. Por outro lado, são em momentos de crise que o conservadorismo arrebanha os diversos e heterogêneos segmentos da classe trabalhadora, ainda que vitimizados pela subtração de direitos, com ênfase no discurso contra as minorias incentivando a intolerância e o hiperindividualismo (MOTA; RODRIGUES, 2020).

Em relação a naturalização da barbárie, pode-se observar como o Estado, no seu braço coercitivo e repressor, enfrenta a questão da violência urbana e do campo através de suas políticas de segurança pública, que contribui para o aumento do encarceramento em massa, expressivamente da população pobre, preta e parda, moradora das periferias e das comunidades. A lógica de encarceramento serve a proposta de “ressocialização”, mas da forma como são tratados, o que ocorre de fato é uma potencialização da violência estrutural a que são submetidos, que reverbera de forma singular nos indivíduos. Portanto, a política social nessa questão só acelera a barbárie social, naturalizando, sobretudo para a população que assiste a cada hora do dia, o número acentuado de jovens negros mortos diariamente. Outro elemento que demonstra a incorporação da violência como orgânica ao poder estatal, é a existência da “bancada da bala”, que juntamente com o presidente Bolsonaro, defende o armamento da população brasileira. Certamente

para atender aos seus interesses corporativos e não a defesa do cidadão brasileiro, aliás esta postura só fragiliza ainda mais a perspectiva de segurança que deveríamos ter.

A defesa exacerbada da família, vem marcando de forma sólida e explícita, esse último governo que claramente defende essa instituição aos moldes tradicionais, sem reconhecer a dinâmica de arranjos familiares que hoje temos na sociedade brasileira. A concepção é que a família, tão ao gosto conservador, se constitui como a base da sociedade, como o pilar onde valores são repassados de gerações a gerações garantindo a preservação das tradições. Em meio a essa discussão podemos identificar que a família exerce um papel fundamental na política de assistência social, na medida em que ela é responsabilizada pelos seus membros. E aquela que não tiver “capacidade” para cuidar de seus familiares, necessita da intervenção do Estado. Concepção essa que ignora completamente os avanços sobre a definição contemporânea de família e retira do poder público, outras responsabilidades que são direitos para população, para a classe trabalhadora. Na realidade, a retração no campo dos direitos e os ataques sucessivos, são expressões do conservadorismo que se reacendem na sociedade brasileira.

No campo ideológico do governo atual, o fundamentalismo religioso ganha um espaço significativo, comprometendo alguns princípios do Estado Democrático de Direito como a sua laicidade. A incidência de ideias neopentecostais vem sendo amplamente divulgadas e espalhadas pela sociedade brasileira, defendendo valores tradicionais que marcam um reacionarismo, especificamente no campo religioso, onde, acreditava-se, que se exercia uma democracia religiosa. Hoje, como produto dessas incidências, assistimos terreiros de umbandas e candomblés sendo destruídos, um desrespeito à cultura afro-brasileira e uma forte intolerância religiosa. O próprio chavão utilizado pelo presidente Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é demonstrativo dessa irracionalidade na direção e condução das políticas de Estado, sejam econômicas ou sociais. Desta forma, identifica-se que a resistência para o pensamento conservador deve cada vez mais ser

incentivada, das formas possíveis de existir nessa sociedade marcada por um grande retrocesso no campo democrático e progressista e que precisa conjugar luta política com luta teórica (MOTA; PACHECO, 2020).

Considerações finais

Considerando os elementos acima, observamos como o conservadorismo, enquanto instrumento ideológico (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020), que também pode ser compreendido como uma síntese de várias ideias que direcionam as ações de uma determinada classe, é presente e atualíssimo na sociedade brasileira e que se apresenta de diversas formas, no cotidiano da vida social. A sociedade brasileira é eivada de conservadorismo e suas expressões incentivadas pelo atual governo ultraneoliberal. Neste cenário assiste-se à banalização da vida, da violência endereçada a determinados grupos da sociedade, da fome, da miséria e do retrocesso no campo dos direitos sociais e sobretudo, trabalhistas. Outro exemplo também se vive com os constantes ataques às Universidades Públicas, produtora do conhecimento e da pesquisa, a partir de cortes significativos na dotação orçamentária, na redução cada vez mais severa das bolsas, sejam de iniciação científica ou de assistência estudantil, de graduação e pós-graduação. Sem contar que a Universidade sobrevive a duras penas com seus problemas estruturais.

Por outro lado, também se assiste no mundo do trabalho modificações deletérias para a classe trabalhadora, que envolvem desde a uberização e a pejoização até a questão do empreendedorismo. As primeiras se reforçam como expressões atuais do conservadorismo no campo trabalhista, quando cria e incentiva a ilusão que “trabalhar por conta própria”, administrando seu horário, é estar liberto das amarras do empregador que oprime. Na realidade, essa opressão se apresenta de outras formas, quando motoristas de aplicativos, tem que trabalhar horas à fio para pagar suas dívidas, que como a maioria da população brasileira, possui. A questão do “empreendedorismo”, altamente divulgada e defendida, como “política de geração de trabalho e renda”, também

comparece nesse cenário como uma falácia. A concepção equivocada que se trabalha para si próprio, e ser seu próprio patrão, é o mote desta proposta contida em diversas frente de trabalho, sobretudo na política de assistência social. Incentiva-se a proposta que mais amarra do que liberta o trabalhador, quando ele próprio perde seus direitos e investe seus poucos recursos, que provavelmente na economia atual deste país, tende a levar seu “pequeno negócio” à falência. Então em que medidas tais concepções são realmente emancipatórias? Até que ponto contribuem para a liberdade de escolha sobre seu trabalho? Nas respostas a estas perguntas certamente nos deparamos com os seus limites construídos nas cercanias do conservadorismo, onde não há espaço para o trabalho criativo, mas sim de um trabalho alienado.

O processo de pandemia que ainda estamos passando, mesmo que com efeitos atenuados, revela que o índice de desemprego aumentou, e como medida governamental, cria-se um auxílio financeiro, como uma transferência de renda monetária. Os programas de transferência de renda são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência da classe trabalhadora mais pauperizada, para atenuar os efeitos devastadores oriundos da pandemia. Mas por outro lado, também representa a continuidade ao processo de exploração ao qual é submetida. Tais medidas federais, que não demonstram nenhum ineditismo, mas que reproduz o modelo já existente, mantendo seu caráter conservador, se apresentam de formas incipientes, fragilizadas que seguem a lógica ultraneoliberal subsidiadas sempre por poucos recursos e baixa dotação orçamentária para as políticas sociais. Em vez de carregar as mãos em investimentos relevantes, há uma contradição, pois, o “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020), por exemplo, para enfrentamento da calamidade pública nacional, liberou trilhões de reais para banqueiros e o empresariado em detrimento da classe trabalhadora que realmente deveria ser o público-alvo.

Desta forma, no enfrentamento às expressões do conservadorismo na atualidade, precisamos cada vez mais incentivar a luta coletiva, a mobilização organizada politicamente, pois o problema não é individual,

como conservadores gostam de repetir. Os problemas que vivenciamos, ou melhor, as expressões da questão social cada vez mais agudizadas, nos atinge a todos de formas diferenciadas, mas em nada invalida que haja mobilizações coletivas, pois só o embate político sério, pode contribuir para um real enfrentamento ao que se apresenta em nosso cotidiano reificado.

Referências

BEHRING, E. R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 39-72.

BARROCO, M. L. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out/dez 2015.

DEMIER, F. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DEMIER, F.; MELO, D. Onda Conservadora, Crise Orgânica e o Cesarismo de Toga no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 253-272.

EMENDA CONSTITUCIONAL, **nº 106 de 7 de maio de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/emc106>. Acesso em: abr. 2021.

FONTES, V. **O núcleo central do governo Bolsonaro**: o proto-fascismo. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: racismoambiental.net.br. Acesso em: 30 mar. 2020.

HOEVELER, R. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R.

(orgs). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77-91.

KELLER, S. B. A. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, jan./jun. 2019, p. 151-178.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. P. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, L. S. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, L. G. P. de. A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir - impactos e estratégias possíveis. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 236-260, jul./dez 2020.

SOUZA, J. M. A. de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-378, maio/ago 2016.

SILVA, S. M. P. da; FRANÇA, M. H. de O.; MACIEL, V. V. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, maio/ago. 2020

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019.